

## KaBUM Comércio Eletrônico S.A.

CNPJ nº 05.570.714/0001-59

Balancão patrimonial			Nota	2022	2021
<b>Ativo</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	5	183.244	30.006		
Contas a receber e outros recebíveis	6	466.639	190.884		
Estoques	7	737.703	792.518		
Impostos a recuperar	8	77.630	87.920		
Imposto de renda e contribuição social		5.895	3.851		
Adiantamento a fornecedores		13.258	38.738		
Outros créditos		19.498	23.689		
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>1.503.867</b>	<b>1.167.606</b>		
Mútuos a receber	9.c	10.316	3.179		
Impostos a recuperar	8	51.595	51.594		
Depósitos judiciais		21.904	35.754		
Imposto de renda e contribuição social		—	—		
Outros créditos		3.331	3.828		
<b>Total do realizável a longo prazo</b>		<b>87.146</b>	<b>94.355</b>		
Ativo de direito de uso	11.a	4.094	6.081		
Imobilizado	10	11.577	10.599		
Intangível		24.742	13.249		
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>40.413</b>	<b>29.759</b>		
<b>Total do ativo</b>		<b>1.631.426</b>	<b>1.291.720</b>		

Demonstração das mutações do patrimônio líquido			Nota	Capital social	Reserva de capital	Reserva de incentivos fiscais	Lucros/Prejuízos	Prejuízos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020				2.000	10	229.152	—	—	231.152
Resultado do exercício				16.a	555.665	(55.665)	197.183	—	197.183
Aumento de capital				16.a	303.355	—	—	—	—
Destinações:									
Constituição de reserva de incentivo fiscal				16.d	—	197.183	(197.183)	—	—
Constituição reserva de capital				16.b	2.604	—	—	2.604	—
Distribuição de dividendos				16.d	—	(117.604)	—	(117.604)	—
Saldo em 31 de dezembro de 2021				<b>861.020</b>	<b>2.604</b>	<b>(550.279)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>313.345</b>
Resultado do exercício						178.958	178.958	—	—
Reversão de capitalização				(610.138)	—	610.138	—	—	—
Redução de reversão de incentivos fiscais				—	—	(50.000)	—	(50.000)	—
Provisão bônus em ações magalu				—	9.411	—	—	9.411	—
Destinações:									
Constituição de reserva de incentivo fiscal						178.958	(178.958)	—	—
Saldo em 31 de dezembro de 2022				<b>250.882</b>	<b>12.015</b>	<b>188.817</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>451.714</b>

### Notas explicativas às demonstrações financeiras

**1. Informações gerais:** A KaBUM Comércio Eletrônico S.A. ("Companhia" ou "KaBUM") é uma sociedade anônima de capital fechado, atuante no varejo "on-line" no mercado de produtos de informática e acessórios, de cosméticos, produtos de perfumaria e higiene pessoal, de instrumentos musicais e acessórios, de peças e acessórios novos para veículos automotores. A sede social da Companhia está localizada na Rua Carlos Gomes, 1321, 9º e 10º andares, Centro, no município de Limeira, no Estado de São Paulo. Fundada em 2003, a Companhia possui oito filiais, sendo: (i) Sede administrativa situada à Rua Carlos Gomes, 1321, 9º e 10º andares, Centro, no município de Limeira; (ii) Filial situada na Rua Wellington Rodrigo Barriera, 540, Quadra C, lote 11, Galpão A, Mezanino Condomínio Industrial Duas Barras, Limeira; (iii) Filial situada na Rua Wellington Rodrigo Barriera, 540, Quadra C, lote 11, Galpão B, Condomínio Industrial Duas Barras, Limeira; (iv) Filial situada na RODO BR-262; 222 Galpão 2; Armaz 3 4 e 5; Viana Bethânia, de Viana-ES; (v) Filial situada na Av. Jaguaré 818, Galpão 25, Bloco II, no município de São Paulo - SP; (vi) Filial situada na RODO BR-262, 222 Edif. Prédio 5, Centro, Viana Bethânia, Viana-ES; (vii) Filial situada RODO BR-262, Galpão 2 Armaz 2 Mezanino, Viana Bethânia, Viana-ES; (viii) Filial situada Av. Jaguaré, 818, Galpão 25 Banca II Sala 01 COND CLI, São Paulo - SP; (ix) Filial situada na Rua Wellington Rodrigo Barriera, 540, Galpão B, sala 01, Condomínio Industrial Duas Barras, Limeira. A Companhia é controlada pela Magazine Luiza S.A., sediada no Brasil, onde negocia suas ações e que detém 100% das ações ordinárias da Companhia. **2. Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis:** **2.1. Bases de elaboração, apresentação e declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), conforme os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 31 de dezembro de 2022. As informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão. As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelos itens mensurados a valor justo. **2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação das demonstrações contábeis:** Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo para fins de divulgação, exceto quando indicado de outra forma. **2.3. Impactos relacionados à pandemia Covid-19:** A propagação da Covid-19, desde o início de 2020, afetou os negócios e atividades econômicas em escala global. A Companhia instituiu, desde o seu início, um Comitê de Contingência interno, que acompanha a evolução da pandemia, tomando algumas decisões importantes e tratando das prioridades: a saúde e segurança dos colaboradores, a continuidade da operação e a manutenção dos empregos. Pelo fato de operações serem 100% on-line a Companhia, ao contrário do mercado, não esteve exposta diretamente a riscos e incertezas advindos pela Covid-19 frente às suas demonstrações financeiras, tais como avaliação de risco de continuidade operacional e indicativos de possível redução do valor de seus ativos. No exercício de 2022, a Companhia não identificou indicativos de redução de valor de seus ativos. **3. Principais políticas e práticas contábeis:** As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. **3.1. Conversão de moeda estrangeira:** Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia (Real) pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e avaliados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconhecidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquele dia. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são reconhecidas no resultado do exercício. **3.2. Instrumentos financeiros:** i) **Reconhecimento e mensuração inicial:** Os saldos de contas a receber de clientes são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contrato a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente reconhecido ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR (valor justo por meio do resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contrato a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. ii) **Classificação e mensuração subsequente:** **Ativos financeiros:** Não reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ou ao VJR (valor justo por meio do resultado). Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior a mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir: o risco de crédito não é inicialmente mensurado; e o montante de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e - seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. **Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio:** A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios de que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: - as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração de ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saldos esperados de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; - como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; - os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; - como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e - a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou geridos com desempenho avaliado do com base no valor justo são mensurados a valor justo por meio do resultado. **Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:** Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como a valor contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera - eventos contingentes que modificam o valor ou o época dos fluxos de caixa - termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; - o prepagamento e a prorrogação do prazo; e - os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do prepagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de prepagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumuladas (mas não pagas) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do prepagamento for insignificante no reconhecimento inicial. **Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas.** **Ativos financeiros** Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment, quando aplicável são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. **Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas:** Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao custo amortizado se atender as condições a seguir: o risco de crédito não é inicialmente mensurado; e o montante de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e - seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. **Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio:** A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios de que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: - as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração de ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saldos esperados de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; - como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; - os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; - como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e - a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou geridos com desempenho avaliado do com base no valor justo são mensurados a valor justo por meio do resultado. **Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:** Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como o valor contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera - eventos contingentes que modificam o valor ou o época dos fluxos de caixa - termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; - o prepagamento e a prorrogação do prazo; e - os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do prepagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de prepagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumuladas (mas não pagas) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do prepagamento for insignificante no reconhecimento inicial. **Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas.** **Ativos financeiros** Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment, quando aplicável são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Balancão patrimonial			Nota	2022	2021
<b>Passivo</b>					
Empréstimos e financiamentos	12	30.354	362.972		
Passivo de arrendamento	11.b	2.817	4.011		
Fornecedores	13	524.054	330.515		
Impostos e contribuições a recolher	14	93.673	91.645		
Obrigações trabalhistas	12	12.765	8.892		
Dividendos a pagar	16.b	84.367	58.004		
Outras obrigações	15	48.367	52.124		
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>748.050</b>	<b>990.143</b>		
Empréstimos e financiamentos	12	398.685	14.617		
Passivo de arrendamento	11.b	1.216	1.352		
Impostos e contribuições a recolher	14	14.680	19.660		
Provisão para processos judiciais	22	13.485	12.810		
Provisão para perdas em investidas		3.596	1.773		
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>431.662</b>	<b>50.212</b>		
<b>Patrimônio líquido</b>					
Capital social	16.a	250.882	861.020		
Reserva de capital	16.c	12.015	2.604		
Reserva de incentivo fiscal	16.d	188.817	(550.279)		
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>451.714</b>	<b>313.345</b>		
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>1.631.426</b>	<b>1.291.720</b>		

Demonstração das mutações do patrimônio líquido			Nota	Capital social	Reserva de capital	Reserva de incentivos fiscais	Lucros/Prejuízos	Prejuízos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020				2.000	10	229.152	—	—	231.152
Resultado do exercício				16.a	555.665	(55.665)	197.183	—	197.183
Aumento de capital				16.a	303.355	—	—	—	—
Destinações:									
Constituição de reserva de incentivo fiscal				16.d	—	197.183	(197.183)	—	—
Constituição reserva de capital				16.b	2.604	—	—	2.604	—
Distribuição de dividendos				16.d	—	(117.604)	—	(117.604)	—
Saldo em 31 de dezembro de 2021				<b>861.020</b>	<b>2.604</b>	<b>(550.279)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>313.345</b>
Resultado do exercício						178.958	178.958	—	—
Reversão de capitalização				(610.138)	—	610.138	—	—	—
Redução de reversão de incentivos fiscais				—	—	(50.000)	—	(50.000)	—
Provisão bônus em ações magalu				—	9.411	—	—	9.411	—
Destinações:									
Constituição de reserva de incentivo fiscal						178.958	(178.958)	—	—
Saldo em 31 de dezembro de 2022				<b>250.882</b>	<b>12.015</b>	<b>188.817</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>451.714</b>

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil do ativo e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não são tributados pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **iv) Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **3.3 Investimento em controlada controlizado pelo método de equivalência patrimonial:** Os investimentos compreendem participação de 99,99% nas quotas da investida Kabum E-Sports Marketing Ltda. Tal investimento foi reconhecido inicialmente pelo custo em 31 de dezembro de 2021 a Companhia reconheceu provisão para perda no montante de R\$ 1.823 (R\$ 1.771 em 2021). Os presentes saldos da investida não estão consolidados na posição patrimonial financeira, nos resultados dos exercícios, nos resultados abrangentes e nos fluxos de caixa por sua intangibilidade. A Administração mantém uma estrutura de gestão e controles financeiros sobre as atividades da investida, mas optou por não apresentar as demonstrações financeiras consolidadas por serem imateriais. **3.4 Estoques:** Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos e despesas de vendas. O custo dos estoques é baseado no princípio "primeiro que entra, primeiro que sai" (FIFO) e outros custos incorridos à sua localização e condições atuais. As provisões para perdas nos estoques são compostas pela provisão para obsolescência de estoques de mercadorias de baixo giro ou sem expectativas de realização. São consideradas mercadorias de baixo giro aquelas onde os estoques estão sem movimentação a mais de 90 dias. As provisões são constituídas pelo valor líquido de venda estimado para a Companhia e o custo de aquisição. **3.5 Imobilizado:** **Reconhecimento e mensuração inicial:** Os ativos imobilizados são mensurados pelo custo histórico dos itens ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando necessário. O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado. **Custos subsequentes:** O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados ao custo de reposição do ativo sejam superiores ao custo de seu custo de reposição por meio de forma confiável. O custo de substituição do componente que tenha sido repositado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos. **Depreciação:** Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso. A depreciação é reconhecida no resultado pelo método linear baseado na vida útil estimada dos itens, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados. As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos estão demonstradas na nota explicativa 10. **3.6 Benefícios de empregados:** **Benefícios de curto prazo a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas em uma base não descontada e são inicialmente mensuradas pelo custo de provisão correspondente seja planejado. O passivo é reconhecido pelo montante esperado a ser pago para os planos de curto, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **3.7 Redução ao valor recuperável - Impairment:** **Ativos financeiros não derivativos:** **Instrumentos financeiros e ativos contratuais:** A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: - ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; a Companhia mensura a provisão para perda em um montante líquido à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses - títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e - outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência) ao longo da vida esperada do instrumento financeiro não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial. As provisões para perdas com contas a receber de clientes são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (forward-looking). A Companhia considera que um título de dívida tem um risco de crédito baixo quando o conjunto de variáveis de risco do sacado apresentar consistência comportamental. As perdas de crédito são esperadas para a vida inteira e são avaliadas com base no custo de crédito que resultaria de todos os possíveis eventos de inadimplimento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro. - As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses). O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito. **Mensuração das perdas de crédito esperadas:** As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuflâncias de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber). **Ativos financeiros com problemas de recuperação:** Em cada data do balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros controlizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrer um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: - dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário; - quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 60 dias; - reestruturação de um valor devido à Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais; - a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras. **Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas nos balanços patrimoniais:** **Ativos financeiros com problemas de recuperação:** Mensuração do balanço patrimonial: A Companhia não identifica qualquer evidência que justifique a necessidade de redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros em 31 de dezembro de 2022 e 2021. **3.8 Provisões:** Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas tendo como base as melhores estimativas e riscos específicos para o passivo. **Provisões para riscos tributários, civis e trabalhistas:** As provisões são avaliadas por sua probabilidade de perda. Esta avaliação considera as evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e pressupostos menos anualmente. **3.9 Receita operacional: Venda de produtos:** A Companhia reconhece a receita de contrato com o cliente quando (ou à medida que) satisfizer à obrigação de desempenho ao transferir o bem ou o serviço (ou seja, um ativo) prometido ao cliente. O ativo é considerado transferido quando (ou à medida que) o cliente obtiver o controle desse ativo que coincide geralmente com a data efetiva de entrega dos produtos. As vendas diretas ao consumidor permitem ao cliente devolver os produtos. Portanto, de acordo com o CPC 47 - "Receitas de contratos de clientes", o valor da receita reconhecida deve ser ajustado para as devoluções esperadas, que são estimadas com base nos dados históricos. Nessas circunstâncias, um passivo de devolução e um direito de recuperar o ativo a ser devolvido devem ser reconhecidos. A Administração avaliou as devoluções esperadas e identificou um valor material e, portanto, não está refletidas nessas demonstrações financeiras. **3.10 Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras compreendem principalmente receitas de juros, ganhos sobre aplicações financeiras, variações cambiais e outras receitas. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras compreendem principalmente despesas de juros, perdas de ativos e despesas com operadores de cartão de crédito. No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva é o custo ou o valor contábil do ativo ou do custo amortizado do ativo menos o custo de provisão para perdas por impairment. **3.11 Benefício governamental concedido pelo Estado do Espírito Santo (COMPETE):** A Companhia, comerciante varejista atuando no ramo de comércio eletrônico (e-commerce) e situada no Estado do Espírito Santo, é beneficiária do Programa de Desenvolvimento e Proteção à Economia do Espírito Santo - COMPETE/ES, instituído pela Lei Estadual nº 10.568/2016 e suas alterações. Em razão deste contrato de competitividade firmado, a Companhia goza de benefício fiscal de crédito presumido de ICMS nas operações interestaduais destinadas a consumidor final. Em 26 de janeiro de 2015, foi publicada a PORTARIA

Demonstração do resultado			Nota	2022	2021
Receita operacional líquida	17	3.258.353	3.280.172		
Custos dos produtos revendidos	18	(2.650.854)	(2.667.034)		
Resultado bruto		607.499	613.138		
Despesas com vendas	18	(282.924)	(227.068)		
Despesas administrativas e gerais	18	(90.05			

★ continuação

b) Passivo de arrendamento:

<b>Saldo em 01 de janeiro de 2021</b>	<b>9.530</b>
Novos contratos	881
Juros incorridos	1.549
Pagamentos	(6.597)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>5.363</b>
Novos contratos	4.786
Juros incorridos	2.250
Pagamentos	(8.366)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>4.033</b>

O passivo de arrendamento está segregado no montante de R\$ 2.817 (R\$ 4.011 em 2021) no passivo circulante e R\$ 1.216 (R\$ 1.352 em 2021) no passivo não circulante. **12. Empréstimos e financiamentos:** a) **Composição dos empréstimos e financiamentos:**

	Moeda	Juros % a.a.	vencimento final	Ano de	
				2022	2021
Empréstimos para capital de giro	R\$	CDI + 3,5%	2025	4.174	356.167
Debêntures	R\$	CDI + 1,25%	2025	425.865	-
Financiamento importações	USD	3,05 a 5,438%	2022	-	21.422
				429.039	377.589
Circulante				30.354	362.972
Não circulante				398.685	14.617
				429.039	377.589

b) **Movimentação de empréstimos e financiamentos:**

<b>Saldo em 01 de janeiro de 2021</b>	<b>636.789</b>
Captações	38.387
Pagamento de principal e juros de empréstimos	(337.991)
Varição cambial	(192)
Juros e encargos financeiros (nota 22)	40.596
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>377.589</b>
Captações	397.088
Pagamento de principal e juros de empréstimos	(395.854)
Varição cambial	(1.535)
Juros e encargos financeiros (nota 22)	51.751
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>429.039</b>

c) **Cronograma de pagamento:** Em 31 de dezembro de 2022, as parcelas no passivo não circulante têm o seguinte cronograma de pagamento:

	2023	2024	2025	Total
Empréstimos e financiamentos	4.174	-	424.865	429.039
	4.174	-	424.865	429.039

d) **Garantias sobre os empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos da Companhia estão garantidos mediante aval da controladora. Adicionalmente, o montante de arrendamento mercantil é garantido mediante o próprio bem arrendado, sendo os sócios da Companhia garantidores solidários. e) **Condições restritivas:** Em 10 de dezembro de 2021, houve a mudança de controlador da Companhia conforme mencionado na nota 16. Os contratos de empréstimos e financiamentos contêm uma cláusula contratual restritiva que estabelece que em casos de alterações societárias, os empréstimos e financiamentos se tornam imediatamente vencido. Entretanto a Administração obteve, em dezembro de 2021, um *waiver* das instituições financeiras para esta cláusula, anuindo com a não execução do vencimento antecipado. As referidas dívidas foram integralmente quitadas em data subsequente ao *waiver*, inexistindo em 31 de dezembro de 2022. No ano de 2022 a Companhia não teve nenhum fato que comprometesse as cláusulas contratual restritiva e exigência de execução do vencimento antecipado **13. Fornecedores:**

	2022	2021
Fornecedores mercado interno	482.361	279.393
Fornecedores mercado externo	41.694	51.122
	524.054	330.515

**14. Impostos e contribuições a recolher:**

	2022	2021
IPI a recolher	88.203	108.548
ICMS a recolher	5.601	4.160
Parcelamento de IRPJ/CSSL	14.549	4.307
(-) <i>Cut off</i> impostos a recolher	-	(7.928)
Outros	-	2.308
	108.353	111.305
Circulante	93.673	91.645
Não circulante	14.680	19.660
	108.353	111.305

**15. Outras obrigações:**

	2022	2021
Obrigações com clientes e parceiros (a)	17.273	24.678
Provisões diversas	41.702	47.446
Redução de Capital	21.488	-
Comissões por serviços prestados	3.924	-
	84.387	72.124

(a) O saldo de obrigações com clientes e parceiros refere-se a valores a serem liquidados pela companhia por meio e entrega de produtos, repasse financeiro, reenvio ou tratativas financeiras. **16. Patrimônio líquido:** a) **Capital social:** O capital social em 31 de dezembro de 2022 era de R\$ 250.882 (R\$ 861.020 em 2021) e está distribuído da seguinte forma:

	2022		2021	
	Quotas	Participação	Quotas	Participação
Magazine Luiza S.A.	1.976	100%	1.976	100,00%
	1.976	100%	1.976	100,00%

No dia 15 de julho de 2021, houve a celebração de um contrato de venda de 100% das ações da KaBuM! Comércio Eletrônico S.A. ("KaBuM!"), para a empresa Magazine Luiza S.A. A transação foi concluída, após cumprimento de condições precedentes, em 10 de dezembro de 2021, o que possibilitou a transferência a partir dessa data do efetivo controle. Em 09 de dezembro de 2021 por meio de AGE os acionistas, por unanimidade, aprovaram o aumento de capital da Companhia no montante total de: • no valor de R\$ 555.665 mediante a capitalização do saldo de reserva de incentivos fiscais da Companhia, sem a emissão de novas ações, passando o capital social da Companhia de R\$ 2.000, para o valor de R\$ 557.665, dividido em 1.976.774 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal; e • adicionalmente, no valor de R\$ 303.355 mediante a capitalização do saldo de reserva de lucros (que está incluída dentro da reserva de incentivos fiscais) da Companhia, aprovado sob condição suspensiva de que haja determinação judicial para sua incorporação, por meio de ação judicial a ser proposta pela Companhia, e nesse sentido, sem a emissão de novas ações, passando o capital social da Companhia de R\$ 557.665, para o valor de R\$ 861.020, dividido em 1.976.774 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. • Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia efetuou reversão de capitalização no montante de R\$ 610.138, passando o capital social da Companhia de R\$ 861.020, para o valor de R\$ 250.882 dividido em 1.976.774 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. b) **Dividendos distribuídos:** O estatuto social da Companhia determina a distribuição de dividendo mínimo obrigatório de 2% do lucro líquido de cada exercício social, ajustado na forma da Lei. Durante o exercício de 2022 a Companhia não distribuiu dividendos a seus acionistas Demonstramos abaixo a movimentação no exercício e exercício comparativo dos dividendos:

	2022	2021
Saldo inicial	-	-
Distribuição de dividendos	-	117.604
Pagamentos de dividendos	-	(59.604)
Saldo final a pagar (i)	-	58.004

Aos Administradores e Acionistas da **Kabum Comércio Eletrônico S.A.** Limeira - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Kabum Comércio Eletrônico S.A. (Empresa), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos:** Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior: Os balanços patrimoniais, em 31 de dezembro de 2022 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do

Notas explicativas às demonstrações financeiras da KaBuM Comércio Eletrônico S.A.

(i) Os saldos de dividendos a pagar em 31 de dezembro de 2021 foram liquidados em 03 de janeiro de 2022. c) **Reserva de capital:** Em 05 de junho de 2018, a Companhia ingressou na participação societária da Kabum E-sports por meio de Instrumento particular de alteração e consolidação de contrato social, na qual acionistas cederam e transferiram para a Kabum S.A. suas participações societárias no montante de 9.998 quotas representativas do capital social, totalmente subscritas e integralizadas em moeda corrente nacional, com valor nominal de R\$ 1,00 cada uma, totalizando R\$ 10. A Administração optou por não apresentar as demonstrações financeiras consolidadas, pois considerando a imaterialidade dos saldos da investida, não teria impacto relevante nas posições patrimoniais e financeiras da Companhia. d) **Reserva de incentivos fiscais:** Trata-se o direito de excluir da base de cálculo do Imposto de renda e Contribuição Social os ganhos relacionados ao benefício fiscal do ICMS concedidos pelo Estado do Espírito Santo. Conforme requerido na legislação do Imposto de Renda os benefícios fiscais aproveitados foram destinados para a composição de reserva de incentivos fiscais limitado ao valor do lucro apurado no exercício líquido da compensação de prejuízos acumulados em exercícios anteriores. Em 10 de dezembro de 2021, a Companhia efetuou a capitalização de seus saldos de Reserva de Incentivos fiscal no valor de R\$ 859.010, bem como os saldos da reserva de capital no valor de R\$ 10, contra aumento de capital social descrito na nota 16.a, ficando um saldo de reserva de incentivos fiscais negativa no encerramento do exercício no montante de R\$ 550.279. Em 2022, a Companhia aprovou uma redução de capital na controlada KaBuM no valor de R\$ 50 milhões, onde parte do valor não havia sido liquidado até a data de aprovação dessas demonstrações financeiras.

**17. Receita operacional líquida:**

	2022	2021
Receita de venda de mercadorias e serviços	3.576.558	3.672.637
Componente de financiamento incluído na receita	63.705	64.221
(-) <b>Deduções:</b>		
PIS e COFINS sobre vendas	(288.773)	(286.815)
IPI sobre as vendas	-	(50.401)
ICMS sobre vendas	(41.693)	(47.115)
Demais despesas	(310)	-
Total da receita líquida na venda de mercadorias	3.309.795	3.352.527
Receita de serviços	51.168	20.256
PIS COFINS sobre serviços	(4.167)	(1.467)
ISS sobre serviços	(965)	(571)
Total da receita líquida de serviços	46.036	18.218
<b>Outras deduções nas vendas:</b>		
Devolução de vendas	(97.165)	(90.573)
<b>Total da receita líquida de vendas e serviços</b>	<b>3.258.353</b>	<b>3.280.172</b>

**18. Custos e despesas:**

	2022	2021
Custos de mercadorias revendidas	(2.610.643)	(2.628.205)
Gastos com mão de obra	(79.375)	(107.360)
Despesas com publicidade e propaganda	(54.135)	(55.498)
Despesas com serviços de terceiros	(26.866)	(20.560)
Depreciação e amortização	(8.728)	(7.318)
Embalagens	(7.214)	(13.272)
Outros	(43.897)	(32.776)
Aluguéis equipamentos	(3.194)	(3.649)
	(2.862.400)	(2.868.593)

**Classificados como:**

	2022	2021
Custos dos produtos vendidos	(2.650.854)	(2.667.034)
Despesas com vendas	(121.489)	(96.795)
Despesas administrativas e gerais	(90.057)	(104.764)
	(2.862.400)	(2.868.593)

**19. Outras receitas (despesas) líquidas:**

	2022	2021
Multa IPI 2021(a)	-	(37.801)
Despesa IPI 2015 a 2020 (b)	-	(32.736)
Provisão para contingência	-	(12.435)
Exclusão ICMS na base de cálculo PIS/COFINS (nota 10)	-	33.016
Créditos extemporâneos de PIS e COFINS	3.186	3.256
Outros	2.294	16.907
	(5.480)	(29.793)

(a) Valor de multa provisionado pela Companhia quanto a expectativa de incidência de IPI sobre faturamento. (b) Parcelamento de IPI referente às competências de 2015 a 2020.

**20. Resultado financeiro líquido:**

	2022	2021
<b>Receitas financeiras</b>		
Atualização monetária sobre processos judiciais ganhos	10.809	2.592
Atualização de créditos tributários	2.854	123
Juros recebidos	-	-
Rendimento aplicações financeiras	4.467	3.209
	18.130	5.924

**Despesas financeiras**

Encargos sobre antecipações de recebíveis	(22.212)	(13.287)
Juros sobre empréstimos e financiamentos (nota 14.b)	(51.751)	(40.596)
Outras despesas	(3.384)	(4.600)
	(77.347)	(58.483)
	(59.217)	(52.559)

**Total do resultado financeiro líquido**

	2022	2021
<b>21. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido:</b> Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido:		
	178.858	197.185
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(60.845)	(67.042)

Resultado antes do imposto de renda e contribuição social à taxa nominal (34%)

<i>Ajustes para refletir a alíquota efetiva:</i>		
Exclusões subvenção COMPETE	143.761	146.487
Reversão provisões de despesas operacionais	59.256	48.807
Reversão de <i>cut off</i> líquido	37.524	217
Dividendos distribuídos (nota 18.b)	-	(39.984)
Resultado de equivalência patrimonial	(636)	(633)
Provisão de despesas operacionais	(99.296)	(43.323)
Imposto de renda diferido ativo não reconhecido	(79.764)	(44.529)
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido registrado no resultado	-	-
Alíquota efetiva	-	-

**22. Provisão para processos judiciais:** A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão para contingências de natureza tributárias no valor de R\$ 13.485 (R\$ 12.810 em 2021) para cobrir eventuais discussões tributárias da companhia, referente, pois os assessores jurídicos classificaram valores de processos em andamento como sendo de perda provável.

**Movimentação da provisão para processos judiciais:**

	2022	2021
<b>Saldo no início do exercício</b>	<b>12.810</b>	<b>375</b>
Provisões tributárias	-	12.362
Reversão provisões	675	73
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>13.485</b>	<b>12.810</b>

Existem outros processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível no montante de R\$ 113.991 (R\$ 86.413 em 2021), para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização. Os depósitos judiciais classificados no ativo não circulante no montante de R\$ 21.904 (R\$ 35.754 em 2021)

**Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras**

uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo a nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não

referem-se a discussões judiciais para as quais não há provisão registrada em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto. **Principais processos em andamento com probabilidade de perda possível:** (i) A Companhia passou por fiscalização da Receita Federal do Brasil e foi autuada em relação a supostas divergências na apuração de tributos diretos. O valor atualizado do processo é de R\$ 61.249. O processo 10865.720170/2014-00 está na esfera administrativa e a Companhia apresentou impugnação e os assessores jurídicos julgam que a probabilidade de perda desse processo é possível. (ii) A Companhia é parte no processo administrativo 5040100-0, com expectativa possível, no montante de R\$ 9.384 que trata-se de um Auto de infração, por supostamente deixar de registrar operação ou prestação tributável, decorrente de presunção legal do artigo 76, inciso VII, da Lei 7.000/01, pela falta de registro no livro de entradas, de notas fiscais relativas a aquisição de mercadorias ou bens; (iii) Consta também no contencioso o processo 4002479-9 que trata-se de auto de infração lavrado pela SEFAZ-SP sob alegação de que a Companhia deixou de pagar o ICMS por guia de recolhimento especiais, em operações de entradas de mercadorias em

**31 de dezembro de 2021**

NE	Valor contábil		Valor justo		
	Ativo financeiro a custo amortizado	Outros passivos financeiros a custo amortizado	Total	Nível 1	Nível 2
<b>Ativos financeiros não mensurados ao valor justo</b>					
	5	30.006	-	30.006	-
Caixa e equivalentes de caixa	6	190.884	-	190.884	-
Contas a receber clientes		23.689	-	23.689	-
Outros créditos	9.C	3.179	-	3.179	-
Mútuo a receber		247.758	-	247.758	-

**Passivos financeiros não mensurados ao valor justo**

Empréstimos e financiamentos	12	377.589	-	377.589	-
Fornecedores	13	330.515	-	330.515	-
Passivo de arrendamento	11.B	5.363	-	5.363	-
Outras obrigações	15	72.124	-	72.124	-
		785.591	-	785.591	-

**31 de dezembro de 2022**

NE	Valor contábil		Valor justo		
	Ativo financeiro a custo amortizado	Outros passivos financeiros a custo amortizado	Total	Nível 1	Nível 2
<b>Ativos financeiros não mensurados ao valor justo</b>					
	5	183.244	-	183.244	-
Caixa e equivalentes de caixa	6	466.639	-	466.639	-
Contas a receber clientes		19.498	-	19.498	-
Outros créditos	9.C	10.316	-	10.316	-
Mútuo a receber		679.697	-	679.697	-

**Passivos financeiros não mensurados ao valor justo**

Empréstimos e financiamentos	12	429.039	-	429.039	-
Fornecedores	13	524.054	-	524.054	-
Passivo de arrendamento	11.B	4.033	-	4.033	-
Outras obrigações	15	84.387	-	84.387	-
		1.041.513	-	1.041.513	-

Os instrumentos financeiros significativos como o caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, mútuo a receber e contas a pagar para fornecedores já estavam próximos de seus respectivos valores de mercado. A rubrica de Empréstimos e Financiamentos está valorizada pelo custo amortizado, que se aproxima do valor justo deste instrumento financeiro considerando o mesmo tipo de transação com riscos similares. b) **Mensuração a valor justo:** Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia, requer a mensuração de um valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados, em diferentes níveis, em uma hierarquia baseada nas informações utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: Nível 1: Preços cotados (não ajustados em mercados ativos para ativos e passivos idênticos); Nível 2: Inputs, exceto os preços cotados incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços ou indiretamente derivado de preços); Nível 3: Inputs, para ativo ou passivo que não baseados em dados observáveis em mercado, inputs não observáveis. A Companhia reconhece, quando aplicável, as transferências entre níveis de hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças. **Gestão de risco de capital:** Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade das operações para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para

**1 de dezembro de 2021**

	Saldo contábil em 31/12/2021	
--	------------------------------	--